

## RELAÇÕES FAMILIARES NO ACAMPAMENTO RURAL DE TRABALHADORES SEM TERRA DO NORDESTE DO BRASIL

Izaura Rufino Fischer\*  
Anita Aline Costa\*\*

Relações familiares  
no acampamento  
rural de  
trabalhadores  
sem terra do  
nordeste do Brasil

Izaura Rufino Fischer  
Anita Aline Costa

Este texto é parte de um trabalho que enfoca a situação da mulher do acampamento rural e traz a realidade de uma categoria que está questionando a tradicional condição feminina, particularmente do meio rural, ao participar da luta pela terra. Trata-se de um grupo de trabalhadoras que está lutando pela conquista e defesa dos direitos e criando oportunidades para exercer a condição de sujeito político com representação junto ao Estado, aos movimentos sociais e às entidades associativas no meio rural. O texto contempla, portanto, a relação estabelecida na família rural, principalmente no que concerne aos padrões determinantes de tarefas ditas masculinas e femininas, evidenciando outra tendência na divisão das atividades, e aos valores sociais que referenciam a família. O trabalho refere-se a famílias do acampamento

rural do Engenho Prado, situado na Zona da Mata do Estado de Pernambuco, a 63 Km da capital, Recife, no Nordeste brasileiro.

### *A socialização*

Graças a sua participação na luta política, as mulheres acampadas têm, na atualidade, condição de repensar criticamente sua socialização. A família e a escola geralmente são pontos de partida para entender o que fazem e como vivem. No meio rural, agregam-se geralmente a essas instituições a Igreja, por sua liderança intelectual. Desde os estudos de Durkheim (1971), essas entidades passaram a ser reconhecidas como detentoras de autoridade moral, levando o indivíduo à adaptação dos comportamentos individuais a modos culturalmente aceitos. Transformariam valores em normas, normas em

\* Doutora e Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: fischer@fundaj.gov.br

\*\* Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco.

determinações, determinações em personalidades individuais. Estudos antropológicos reforçaram a homologia entre indivíduo e sociedade, apresentando a socialização como um bem sucedido processo de condicionamento cultural.

Do ponto de vista disciplinador da sociologia funcionalista, a socialização seria o fundamento do laço entre o indivíduo e a sociedade, o vínculo que une a ação individual à ordem social.

A sociologia crítica contestou veementemente essa idéia de socialização. Como acentua Touraine (1989), os valores sociais e a conduta social supõem, antes de tudo, criação, inovação, atribuição de sentido, o que permite ao sujeito enfrentar o mundo, tomar consciência de que pode dominar, transformando. Nesse quadro, o processo de socialização está estreitamente vinculado às práticas sociais e à capacidade individual de elaboração das experiências vividas. A socialização é um processo que se define a partir da experiência social.

A prática social no movimento de luta pela terra, a convivência no acampamento sob a liderança intelectual da CPT constituem, sem dúvida, a continuação desse processo e, por isso mesmo, um dos eixos explicativos nesta pesquisa. As mulheres entrevistadas admitem que estão reconstruindo sua socialização. Se antes, tudo lhes parecia no lugar e nada parecia mutável, hoje, preocupam-se muito menos com essa ordem e mais com o significado de cada coisa, de cada situação para sua vida e para a vida do grupo de que fazem parte (Fischer, 2004).

As mulheres pesquisadas dizem perceber que sua vida está tomando um rumo diferente do que lhes foi repassado como projeto de vida. Consideram que, ao aderirem àquele movimento, tomaram uma nova rota em termos de compreensão da realidade e dos valores pelos quais hoje se orientam, desabonando o que viveram e aprenderam como padrão de vida. No espaço de controle coletivo em que vivem, há sete anos, aprenderam que as regras juridi-

cas e morais são passíveis de mudança e que cabe à população promovê-las. No coletivo da classe, revêem os valores que permeiam as relações de gênero, revelando flexibilidade e capacidade de lidar com as novas circunstâncias em que se inserem.

Os relatos das entrevistadas, em geral, são marcados pelo sentimento de revolta aliado à crítica. Avaliam que a socialização, que tem sua base na família e na escola, prepara as mulheres para reproduzirem o processo civilizatório dominante, apoiando-se em princípios e valores alinhados à submissão feminina e à desumanização da sociedade. Numa retrospectiva crítica à condição em que viveram, percebem que tiveram uma orientação de base genuinamente patriarcal, e que suas mães, geralmente oprimidas pelos pais, reproduziam fielmente esses valores, educando meninos para mandar e meninas para obedecer.

Recordam que, desde muito jovens, as meninas conviviam com a violência física e aprendiam, sobretudo, a viver sem questionar, obedecendo cegamente às ordens que lhes eram impostas. Conforme as regras tradicionais, deviam evitar o contato com estranhos e, com tal medida, eram submetidas ao isolamento social, sobretudo na fase dos questionamentos infantis, isolamento esse reforçado pela divisão sexual do trabalho.

Numa crítica à socialização recebida, as entrevistadas salientam que não foram preparadas para enfrentar a realidade vivida por qualquer trabalhador. Avaliam que as lições recebidas dos pais têm pouca aplicação diante da dureza do mundo com que se defrontam, enaltecendo a dificuldade que encontram para entender os fatos do cotidiano, como se percebe na fala de Elisabete:

*Ela nunca foi mãe pra chegar assim e dizer: "A vida é assim. Não se deve agir dessa forma". Não explicava nada nem perguntava nada que acontecia com a gente.*

O processo de socialização excluía qualquer discussão sobre a sexualidade feminina, além de ignorar ou simplesmente maqui-

Relações familiares no acampamento rural de trabalhadores sem terra do nordeste do Brasil

Izaura Rufino Fischer  
Anita Aline Costa

a relação entre as instituições. O isolamento em termos de informação era preservado para resguardar os princípios morais dominantes. Uma outra entrevistada assim se expressa: *Tudo que eu sei aprendi no mundo e com os colegas da escola.*

Com essa constatação, as entrevistadas avaliam ter perdido o rumo da história no sentido de se tornarem capazes de fazer algo novo ou questionar alguma coisa. A obediência cega era a regra da casa, e quem se recusasse a obedecê-la, deveria retirar-se do seio familiar. A socialização pouco construiu em termos de união, respeito, e ainda reforçou os princípios dominantes. Com tais medidas, os pais tiravam dos filhos a possibilidade de pensar sobre as regras sociais e os valores dominantes na sociedade.

As mulheres fazem também uma avaliação crítica do mecanismo de socialização contido nos brinquedos infantis, que reproduziam a lógica da dominação masculina e da submissão feminina a partir do simbólico e do real. Na visão das entrevistadas, o processo era realimentado pela escolha e determinação de onde e com o que as meninas deveriam brincar, limites que distinguem o mundo do homem e da mulher no futuro, como expressa o depoimento:

*Brincar com bola era pra macho, pros meninos. A gente brincava de boneca e aquelas brincadeiras de roda. Os meninos brincavam separados. Ela não deixava brincar quando os meninos não estavam separados.*

Os brinquedos reproduzem os papéis de cada sexo nos respectivos espaços. A ideologia patriarcal é repassada através dos símbolos, reproduzindo a visão de mundo dominante que reserva à mulher atuação específica na esfera privada. Além disso, os brinquedos são postos como um mecanismo direcionador da forma em que cada sexo tem de pensar e agir na sociedade. "Brincar de bola" exige movimento, dinamismo, criatividade, participação coletiva, noção de espaço, limites e competitividade. "Brincar de boneca" remete à repetição, reprodução, isolamento, subserviência.

A escola completava o ciclo da socialização seguindo esse modo a ser reproduzido pelas futuras gerações. A obediência parecia ser a coisa mais preciosa que as meninas poderiam adquirir na escola, superando até mesmo o aprendizado, como se observa no depoimento de uma entrevistada:

*Na escola, eu sempre era quieta, a professora gostava muito de mim. Eu sempre ajudava a professora. Quando ela saía, mandava eu tomar conta dos alunos, e eu fazia tudo direitinho. Ela gostava de mim porque eu fazia tudo como ela mandava. Eu faltava a muita aula, morava longe, mas, como eu era obediente, ela deixava eu passar no fim do ano.*

A escola preparava a menina para obedecer, seguir à risca as regras morais, evitar discórdias, críticas e, principalmente, o exercício da criatividade. Ali, preparava-se a menina para a vivência do lar através da obediência à professora e do cuidado com a classe. Era o reforço para que ela aprendesse a conviver com a submissão e o conformismo, entendem as entrevistadas.

Na adolescência, quando o senso crítico aflora com maior impulso, essa menina deixa a família e a escola, passando a gerir a própria vida sob uma suposta liberdade. Teoricamente, já não depende da família, e poderá escolher seu rumo. Mas, esse projeto de emancipação jamais se confirmaria no contexto da formação recebida. O relato de Elizângela a esse respeito é bastante ilustrativo:

*Com 12 anos, eu saí de casa e comecei a trabalhar em casa de família pra me sustentar. Fiz isso pra ninguém pegar no meu pé e não me cobrar nada. Eu não queria saber de conselhos, eu queria ser livre, eu queria ser dona do meu nariz, eu trabalhava pra não ter minha mãe pegando no meu pé. Queria a liberdade de sair, me divertir, estar com minhas colegas e não precisar pedir a ninguém pra sair. Eu queria a liberdade, e foi aí que eu quebrei a cara: engravidei. O meu primeiro filho não é do meu marido. Minha mãe me aceitou assim mesmo. Ela disse: "Agora vai ser do meu jeito". Eu não tinha como dizer não.*

Relações familiares  
no acampamento  
rural de  
trabalhadores  
sem terra do  
nordeste do Brasil

Izaura Rufino Fischer  
Anita Aline Costa

Na sua análise, é possível vislumbrar que ela desejava apenas um lugar ao sol, respirar o ar da liberdade que lhe fora negada, mas, no seu pequeno voo, atropelado pela inexperiência e pelo desconhecimento do próprio corpo, é surpreendida pela gravidez precoce. Retorna à casa da família carregando a derrota de seus planos e silenciando sua crítica. Sente-se culpada e incapaz de enfrentar a vida com o filho sem a ajuda da mãe. Faltou o senso crítico de hoje, diz a entrevistada.

O cotidiano das entrevistadas no acampamento é visto como um processo de (re)socialização, - com referenciais diferentes daqueles praticados originalmente no meio rural. As normas de convivência no acampamento estabelecem direitos e obrigações comuns aos dois sexos, rompendo com a divisão sexual do trabalho. Contribuem para o re-direcionamento das práticas sociais com rebatimento no espaço privado. Assim, *“todo homem do acampamento cozinha e lava prato. Eles só não gostam de lavar roupa, mas se é preciso, lavam”* (entrevistada n.2).

A tarefa de cozinhar é uma exigência do movimento social para quem se engaja na luta pela terra, seja homem ou mulher, tendo em vista a necessidade real de que todos possam realizar essa tarefa durante as ações. Os homens e as mulheres podem ser convocados para organizar a cozinha durante as passeatas, caminhadas e ocupações.

Apesar dessa exigência, a divisão de papéis parece ainda indomada no acampamento. Em nome das “preferências”, cada sexo continua no seu papel secular. A divisão dos papéis sociais está inserida na divisão sexual, como construção simbólica e social (CASTRO, 1997). A divisão sexual do trabalho continua indicando a diferença de posicionamento entre homens e mulheres e sinalizando que o trabalho doméstico é próprio da mulher, sendo isto considerado uma condição natural.

É inegável que, no acampamento, a atuação política feminina tem contribuído para que o homem participe do serviço da casa.

Afinal, a divisão sexual do trabalho é uma construção social e histórica que traz em si a questão da mudança (HIRATA, 2002), mesmo ocorrendo em processo lento, pouco visível e com uma dinâmica peculiar, conforme se verifica no acampamento. Tem início com o homem assumindo algumas responsabilidades no trabalho doméstico para, crescentemente, essas ações se tornarem contínuas. Mesmo que a responsabilidade do trabalho da casa ainda esteja com a mulher, e a participação do homem venha se dando a título de ajuda, parece se desenhar no horizonte alguma mudança. Em situação normal, os homens se integram ao trabalho da casa, realizando aquelas tarefas que lhes dão prazer. O masculino vem apresentando maior identificação com a higiene doméstica, a arrumação da casa e o cuidado com as crianças. Dificilmente dedicam-se ao preparo do alimento e outras atividades consagradas à mulher, dizem as entrevistadas.

A persistência na divisão do trabalho doméstico e familiar é notável. Vale salientar, no entanto, que a socialização também se modifica no curso da História. O acampamento apresenta indício de mudança nesse aspecto, com o homem mostrando-se aberto à paternagem. Mesmo com as mães em casa, os pais se dispõem a tomar conta dos filhos como sendo tarefa sua. O fato de a mulher ter que sair para a luta pela terra, e a falta de condição financeira para remunerar uma terceira pessoa para cuidar das crianças, têm contribuído para que o pai cuide do filho desde o nascimento. Essa iniciativa, sem dúvida, sinaliza uma mudança. Afinal, é na esfera doméstica que se encontra a maior dificuldade em romper com os valores que sustentam a relação patriarcal.

Na avaliação das entrevistadas, as mudanças na relação patriarcal tornam-se mais relevantes na família quando se estende à socialização dos filhos. Através das crianças, a sociedade pode mudar a regra, tão antiga, da divisão sexual do trabalho, que começa na família e se estende para o espaço público. Iniciar as crianças na prática

Relações familiares no acampamento rural de trabalhadores sem terra do nordeste do Brasil

Izaura Rufino Fischer  
Anita Aline Costa

de cozinhar, lavar louça e vestes, por exemplo, pode significar o começo de uma mudança nas regras patriarcais. Refletem as entrevistadas que essa é uma tarefa difícil e lenta, uma vez que envolve mudanças nos hábitos culturais, mas, no acampamento, começam a rever esses valores sociais ao delegar às crianças do sexo masculino a responsabilidade de administrar o preparo do alimento, realizar a limpeza da louça, a arrumação da cozinha etc. Com isso, acreditam estar socializando-os para participar das atividades da casa.

Os meninos têm mostrado certa simpatia quanto a realizar alguns trabalhos domésticos, como o de lavar pratos, mas rejeitam veementemente a idéia e a prática de lavar roupa, revelam as acampadas. As mães não se rendem ao apelo dos filhos, e não só os mandam fazê-lo, como também vetam a idéia de eles realizarem a tarefa em locais escondidos, como fazem os pais no acampamento. Tentam convencê-los a lavar roupa em meio às mulheres por entenderem que só assim eles podem aceitar a idéia de praticá-lo com naturalidade.

A partir dos depoimentos das entrevistadas, pode-se dizer que elas não fazem *tábula rasa* do passado, ou seja, as experiências vividas continuam a demarcar suas expectativas de futuro. Ao perceberem o ontem como um celeiro de experiências inúteis, e o amanhã como incerto, as entrevistadas estabelecem uma relação de ruptura com o passado, valorizando intensamente o presente. O porvir depende das relações que estão construindo agora. Por isso, privilegiam as experiências e práticas que vivenciam no cotidiano, reivindicando o direito de administrá-las segundo suas decisões.

#### *Referenciais da vida familiar*

No acampamento rural, a família assume um significado especial tendo em vista o processo de socialização em curso e o cotidiano de homens e mulheres que ali plasam novas trajetórias de vida. Herdeiro da matriz histórica da família patriarcal, o gru-

po familiar rural se apresenta como um espaço privilegiado para assimilação e reprodução da organização familiar tradicional, segundo o padrão desejado pela ordem dominante. É um modelo de família associada a um sistema hierárquico de valores no qual se destacam a autoridade paterna, a dominação do homem sobre a mulher, dos pais sobre os filhos e dos mais velhos sobre os mais novos; a monogamia, a indissolubilidade das uniões e a legitimidade da prole (FISCHER; MELO, 1996).

Apesar da descendência de tal origem familiar, a pesquisa mostra que, sob as condições econômicas, sociais e culturais vivenciadas no acampamento, se alteram profundamente a organização dos arranjos doméstico-familiares e as relações de hierarquia e autoridade na família, passando a se reger por um paradigma de concepção moral fundado no princípio da reciprocidade que dá sentido, também, às relações fora do lar. Amplia-se o número de famílias monoparentais, chefiadas sobretudo por mulheres com filhos; surgem mudanças na condição feminina, o que, por sua vez, altera os papéis masculinos; ocorrem separações e segundas núpcias, originando novas relações de parentesco.

Não se trata de desestruturação da família nem de uma família em crise, como qualificariam aqueles que pretendem um núcleo familiar circunscrito a uma estrutura cristalizada, fixa no tempo, organizada segundo normas desde sempre definidas. Tampouco se trata da família patriarcal associada ao poder político, descrita por Sérgio Buarque de Holanda (1963), nem daquela pertencente à classe dominante, de que fala Gilberto Freyre (1995). No grupo pesquisado, encontra-se uma família que tem a organização doméstica ainda baseada no princípio da tradicional divisão sexual do trabalho, mas onde se instala um processo no qual todos os membros acabam participando e influenciando a construção de modelos diferentes de relações, o que acarreta mudanças nas formas de sociabilidade e na concepção de gênero.

Relações familiares  
no acampamento  
rural de  
trabalhadores  
sem terra do  
nordeste do Brasil

Izaura Rufino Fischer  
Anita Aline Costa

Embora o homem conserve a referência da autoridade, isso não significa a negação de qualquer autonomia à mulher. A observação mostra que, apesar de seu poder de decisão ser reduzido, a mulher gerencia a casa e, conforme o senso comum, chefia o espaço doméstico. É ela que entende, organiza, e sabe o que há e o que falta em casa. A autoridade masculina na família é defendida numa relação com o meio externo. O homem corporifica a idéia de autoridade, passando a ser, portanto, o responsável pela imagem da família no âmbito público, garantindo-lhe respeitabilidade. É também o responsável pela articulação entre a casa e o espaço público. A família se forma nas relações entre os membros, em termos de divisão de papéis, poder e autoridade, estabelecendo, também, relações com outras dimensões da vida social, como o trabalho, o Estado.

Conforme o senso comum, a chefia da família, historicamente, constituiu função masculina. Mesmo quando a mulher assume o papel de provedora dos recursos econômicos da família, a posição do homem não obrigatoriamente se altera em todas as suas dimensões e ele continua a ser o guardião da respeitabilidade e o protetor da unidade familiar. A valorização do masculino não se justifica apenas pela participação na produção e posse de recursos financeiros para manter a família.

Na atual conjuntura, com as conquistas do movimento feminista, as regras jurídicas foram modificadas, sendo a chefia da família delegada ao homem e à mulher, o que parece ainda não se efetivar na prática social de modo geral. Nas famílias pesquisadas, por exemplo, estabelece-se ainda uma luta difusa, sutil entre o casal em torno da chefia familiar. Ambos se dizem chefes, mas sem a prática do compartilhamento das decisões que envolvem o grupo familiar. A regra é a de que cada um deve respeitar a decisão do outro. Na opinião de uma das entrevistadas: *Eu sou a cabeça da família, mas respeito o marido. O que ele faz tá feito. Ele também não se mete no que eu faço.*

As mulheres entrevistadas certamente não querem, como pode parecer, domínio absoluto na família, mas abrem espaços, provavelmente, para descaracterizar o homem como único responsável pela mediação com o espaço público. Afinal, a provisão do grupo familiar já não se concentra na figura masculina. A mulher luta para tornar pública, também, sua articulação com o âmbito externo, tentando romper a cultura da mediação masculina. Insiste no reconhecimento de sua prática na esfera política, onde tem oportunidade de reivindicar e até de contestar as políticas públicas, além de representar a luta nas instâncias políticas. Na sociedade civil, assume a comercialização da produção e estabelece contatos com instituições financeiras, firma contratos e, por assim atuar, quer também ser reconhecida como “chefe da família”. Não se pode ignorar a contribuição que a CPT tem dado nesse aspecto.

Há que se considerar, no entanto, que, de um modo geral, mulheres e homens, principalmente na sociedade ocidental, encontram-se num processo de luta que estimula a crítica e a aplicação dessa crítica à chefia da família não foge à regra. No acampamento, confirma-se aquela concepção de que “o pessoal é político”. Na relação familiar, há uma margem de negociação de interesses, e mesmo aqueles estritamente particulares ganham conotação pública, situação que favorece as mulheres na perspectiva da relação de gênero.

Na área rural pesquisada, em que a família se constitui predominantemente como unidade de produção e consumo, o grupo familiar se insere nas condições objetivas da realidade e está sujeito à redefinição dos valores pelos quais se norteia, assumindo, assim, uma condição histórica. A vida familiar se constrói a partir das práticas cotidianas, e as famílias criam seu espaço de ação, o seu agir sobre si mesmas na solidariedade estabelecida no conjunto do grupo. Em sua maioria, as acampadas têm perfil familiar nuclear, mas as relações de solidariedade se estabelecem no acampamento com

Relações familiares no acampamento rural de trabalhadores sem terra do nordeste do Brasil

Izaura Rufino Fischer  
Anita Aline Costa

e sem relação de parentesco, o que constitui regra de permanência naquele.

No espaço da autonomia conquistada, as mulheres e homens redefinem o significado atribuído ao núcleo familiar. Quando encorajadas a falar sobre a família, as mulheres, por exemplo, identificam limites "precisos" e demandas, deixando supor que os vínculos com os parentes são pouco valorizados. Na realidade, dificilmente encontram qualquer tipo de sustentação material, moral e afetiva fora da família nuclear, no qual possam se apoiar por ocasião de uma crise ou necessidade, mesmo quando essa família se inscreve num contexto de conflito e fragilidade da solidariedade afetiva. Como diz uma entrevistada:

*Eu não tenho mais ligação com minha família. Eles não têm cabeça pra me aceitar. Não entendem minha posição de ser sem terra. Faz quatro anos que não vejo minha família (minhas irmãs, minha mãe). Elas moram em Quipapá. Depois que vim pra cá, é cada um pra seu lado. Não vou lá pra não perturbar. Ela só conhece um dos meus dois filhos. A gente vive como se não tivesse família. Eu já me acostumei, e acho que elas também.*

Para as mulheres acampadas, a condição de "sem terra" envolve uma carga simbólica que as define não somente como acampadas, mas como mulheres "emancipadas", conscientes de suas decisões, donas de um projeto de vida construído na luta pela terra. Nessa perspectiva, se, para os familiares, aquela é uma condição vergonhosa, para elas, pela mesma razão, é motivo de orgulho, o que significa que os valores assimilados apresentam conotações diferentes.

As entrevistadas não somente confiam na família que constituíram, como consideram que desempenham um lugar importante na definição das estratégias de sobrevivência. Atribuem, assim, à família do acampamento o papel de suporte social, ressaltando uma concepção bem instrumental.

*É importante a gente ter a família da gente. É um lugar de apoio. Aqui, a gente é a família de todos. Uns ajudam os*

*outros e dão segurança. É bom também a gente ter um companheiro pra dividir as agonias e receber um apoio (moral).*

A aspiração da mulher à autonomia parece leva-la à emancipação da tutela familiar, fato presente desde a adesão ao movimento de luta pela terra. Entre as entrevistadas, as semelhanças regem a escolha do parceiro. Homens e mulheres se atraem, se aproximam e se relacionam tendo em vista a vizinhança, a convivência, o interesse pelo trabalho. Mas, a construção das afeições também é orientada pelo interesse, pelo companheirismo, pela ajuda. Um critério importante na permanência da relação é a igualdade. Se não são iguais, como estabelecer a comunicação e conquistar a libertação? O confronto de valores dá lugar ao surgimento de conflitos, que são encarados como inevitáveis, apesar de tudo.

Rompem o mito do casamento formal e optam por um contrato entre pares que desejam se unir, pautados numa plataforma de direitos e deveres, ferindo a regra do contrato centrado na troca do sustento pela obediência, como diz Pateman (1995). Entre os acampados, o casamento constitui predominantemente o compromisso moral, e os casais mudam de pares sem considerar a dependência financeira do companheiro, porque entre eles não há patrimônio para dividir, e, assim, o casamento formal passa a ser considerado pelas entrevistadas como contrato dispensável. Até mesmo aquelas mulheres que estão com o mesmo companheiro há mais de dez anos atribuem pouco valor ao casamento formal. Aquelas que abraçam a religião conservadora dos princípios morais, como a Pentecostal, fazem vista grossa à doutrina que exige a formalidade do casamento. Viver junto é uma prática desejada, e pode ser interpretada como uma valorização dos interesses afetivos, mas, ao mesmo tempo, revela um senso de realidade dessas mulheres na busca de uma relação com autonomia.

Pesquisadoras da questão feminina, a exemplo de Fonseca (1995), explicam esse

fato como novos valores criados pelas camadas populares, que se contrapõem ao modelo ideal de casamento estabelecido pela classe dominante. Em suas práticas cotidianas, esse grupo social se coloca como segmento ativo na fabricação da cultura. Afinal, o casamento legal é só uma das diversas forças que tendem a legalizar o comportamento. Existem outras normas que exercem influência igualmente importante, quando se tornam públicas e reconhecidas pelo senso comum.

Na prática das entrevistadas, porém, essa explicação pode ser acrescida pela influência do poder econômico sobre as relações familiares. A exploração da terra é um compromisso que se sobrepõe à vida em comum.

O casamento entre os acampados traz consigo o significado de uma relação real constituída de amor, confiança e compartilhamentos. Constitui divisão de poderes entre o casal e qualquer mudança na relação requer o consentimento de ambos.

Os filhos são considerados naquele meio como legado das mulheres, e essas, no caso de separação, evitam desperdiçar seu tempo exigindo pensão alimentícia ou qualquer outra obrigação financeira de um pai que dificilmente tem condição e disposição para assumir qualquer encargo.

As mulheres acampadas praticamente não falam em direitos formais na relação do casamento, e quando a afinidade acaba entre o casal, elas pedem a separação e, geralmente, ficam na parcela. Em caso de nova união, o parceiro passará a morar na sua parcela para ela não abandonar a casa que *construiu com sacrifícios*. Na visão de uma entrevistada:

*Essa aqui não é uma casa, mas pra gente, é uma casa. Aqui tenho minhas coisas que arrumei. Um fogão de lenha, um armário, que fiz de um caixão, um colchão, que juntei pedaços de espuma até formar o tamanho da cama, e minha jarra pra beber água. Se eu for morar na casa do companheiro e nós não combinar, vou ter de fazer a casa e tudo de novo.*

Com tal atitude, a mulher, sem dúvida, quer preservar o domínio do seu espaço, sua autonomia e evitar o desconforto de abandonar a casa, se a nova relação não tiver sucesso. Dessa forma, criam as regras no sistema de uniões que vão se formando de acordo com as práticas que vivenciam. Parece também embutida nessa questão a liberdade de a mulher poder desenvolver sua individualidade e criar seus próprios caminhos em caso de optar por viver sem um companheiro.

No acampamento, 6% das 140 famílias que formam o grupo de candidatos a parceiros são constituídos por famílias monoparentais que têm na figura da mulher a única responsável. Essas famílias são tratadas de forma diferenciada no acampamento, sendo alvo de discriminação positiva. São as primeiras a serem atendidas em termos de ajuda, e os filhos menores recebem orientação e apoio de várias mães daquele recinto.

Há também no acampamento famílias monoparentais que têm a figura masculina como responsável. Dois homens acampados foram abandonados pela mulher, e moram ali com os filhos menores. Contam com o apoio dos companheiros de luta nas tarefas domésticas, na ação educativa e afetiva. Observa-se, no entanto, uma preocupação do homem de preservar sua imagem de provedor e, assim sendo, ele luta obstinadamente para não depender de ajuda nesse aspecto.

As famílias monoparentais dificilmente sofrem preconceitos no conjunto dos acampados. Essa condição é, geralmente, passageira entre eles, uma vez que há um certo controle coletivo sobre a chamada vida privada. Sempre que mulheres ou homens desfazem casamentos, a comunidade se empenha em estimular novas uniões.

O controle da vida privada, exercido no acampamento, no entanto, dificilmente abrange o planejamento familiar. As mulheres movem uma luta solitária no que respeita à reprodução, cuja vitória demanda, por vezes, até cinco anos. Recebem, geralmente, apoio de ONGs, agentes de saúde, mé-

Relações familiares no acampamento rural de trabalhadores sem terra do nordeste do Brasil

Izaura Rufino Fischer  
Anita Aline Costa

dicas e políticos, mas quase nunca o apoio do acampamento, até porque no movimento social a que a população do acampamento está vinculada, o planejamento familiar não constitui prioridade.

O domínio do corpo implica uma reivindicação das mulheres ainda a ser conquistada no Brasil. Num esforço solitário, elas têm conseguido planejar a família, o que leva à redução do número de filhos, mas ainda sem o domínio do seu corpo. Como cidadãs, as mulheres têm reivindicado os direitos reprodutivos relacionados à gravidez, contracepção, aborto, maternidade, paternidade, tecnologias reprodutivas. Defendem o domínio do corpo como autonomia da vida reprodutiva e a liberdade de traçar seus próprios caminhos. Essa questão tem sido objeto da luta travada entre as feministas e a Igreja, os médicos e os controlistas. A maioria dessas reivindicações, em meio às restrições, tem se colocado como direito, mas a legalização do aborto constitui o foco da discórdia.

Os companheiros sexuais, de igual modo, dificultam a laqueadura, sob a argumentação de que a mulher perderia seus atrativos sexuais. As próprias mulheres por vezes evitam o uso da pílula anticoncepcional, pelos efeitos colaterais que causa no seu organismo. O companheiro se recusa a usar preservativos ou outras formas que evitem a concepção. Dizem as entrevistadas que a maior rigidez do machismo dos maridos encontra-se em aceitar a prática de qualquer método anticoncepcional. Convencê-los constitui tarefa quase impossível. Muitos deles querem família numerosa porque dizem achar bonito. Outros desejam filhos dos dois sexos, e quando isso não ocorre, exigem sucessivas tentativas, e outros o fazem por insegurança.

Diante das resistências, resta unicamente à mulher assumir a incômoda decisão de conter a prole. Adota especialmente a laqueadura por considerá-la a forma mais segura de evitar filhos. Enfrentam, porém, no processo de realização, os obstáculos da burocracia

do Estado e, principalmente, a recusa dos maridos, como expressa esta entrevistada:

*Quando comecei a dizer ao marido que ia fazer a ligação de trompas, começaram as brigas. Teimei, e quando liguei, ele não foi nem me pegar no hospital. Se não fosse meu cunhado, ainda hoje eu estava lá. O marido ficou sem falar comigo muitos dias. Dizia que a mulher fazia ligadura pra botar "gaia" no marido e não emprenhar de outro homem. Eu lutei muito pra juntar o dinheiro pra pagar à médica. Fiz tudo por "debaixo do pano". Também lutei pra achar uma médica que quisesse fazer a operação. O marido nunca mais foi o mesmo, mas eu fiz a ligadura e não me arrependo.*

Há, por parte das mulheres do acampamento, a preocupação de evitar constituir família numerosa, principalmente porque suas condições financeiras não permitem. A média de filhos no acampamento é de 2,2 por família, cifra considerada alta diante da situação financeira dos acampados. As famílias numerosas são essencialmente prejudiciais à mulher acampada, uma vez que dificultam sua participação no trabalho do movimento social, dizem as entrevistadas.

### *Considerações finais*

Conforme decorre do texto, homens e mulheres do acampamento já não são guiados por uma lógica única da dominação/submissão. Ao contrário, as condutas estão sujeitas à crítica. As mulheres desenvolvem a capacidade de gerir suas experiências, torná-las coerentes e significativas, procurando alcançar, enfim, a capacidade de afirmar sua individualidade resistindo à dominação da relação de gênero.

Essa relação, no acampamento, reflete as características do processo de socialização em curso, que não se reduz a vivências e hábitos do presente, mas remete à crítica do cotidiano vivido, ao questionamento de práticas culturais e identidades cristalizadas à medida que os acampados experimentam outras possibilidades de ser, como lembra Machado (2003). Através do acesso à infor-

Relações familiares  
no acampamento  
rural de  
trabalhadores  
sem terra do  
nordeste do Brasil

Izaura Rufino Fischer  
Anita Aline Costa

mação sobre a sociedade em que se inserem, participando de um cotidiano em que homens e mulheres partilham subjetividades e relações de poder nas instâncias possíveis, as diferenças e especificidades do ser-homem e do ser-mulher, efetivamente, permanecem, mas as relações de gênero, possivelmente entram em processo de mudança.

Outros efeitos da socialização no acampamento pesquisado podem ser observados

nas práticas masculinas. Nas relações domésticas parece se desenhar um novo horizonte no comportamento do homem. Ele tem se mostrado receptivo à idéia de participar das atividades domésticas, abandonando a tradicional visão binária dos gêneros e incluindo outras possibilidades a partir da formação de novos conceitos, imagens e símbolos.

Relações familiares  
no acampamento  
rural de  
trabalhadores  
sem terra do  
nordeste do Brasil

Izaura Rufino Fischer  
Anita Aline Costa

## Referências Bibliográficas

- CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Iracema Brandão. *Divisão Sexual do Trabalho, produção e reprodução*. In: SIQUEIRA Deis E. (Org.). *Relações de trabalho, relações de poder*. Brasília: Editora Universitária, 1997 p. 177-211.
- DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. 6ª. ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- FISCHER, Izaura Rufino. *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação: um estudo no acampamento do Engenho Prado*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- FISCHER, Izaura Rufino.; MELO, Lígia Albuquerque. *O trabalho feminino: efeitos da modernização agrícola*. Recife: Massangana, 1996.
- FONSECA, Cláudia. *Amor e família: vacas sagradas da nossa época*. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO Ana Clara Torres (Orgs.). *Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995 p. 69-89.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4ª. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.
- MACHADO Eduardo Paes. *Vida cotidiana, enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e sangue. Política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Trajetória cultural, 1989.

Relações familiares  
 no acampamento  
 rural de  
 trabalhadores  
 sem terra do  
 nordeste do Brasil

Izaura Rufino Fischer  
 Anita Aline Costa

